

NOTA DE LEITURA

LÖWY, Michel. Nacionalismos e internacionalismos - da época de Marx até nossos dias. São Paulo: Xamã, 2000.

Luis Fernando Cerri*

No final da década de 80, em seu livro "Nações e nacionalismo desde 1780", o historiador Eric Hobsbawn fazia uma avaliação e um prognóstico sobre o seu objeto de estudo naquela obra: primeiramente, que "os dois últimos séculos de história humana do planeta Terra são incompreensíveis sem o entendimento do termo 'nação' e do vocabulário que dele deriva.". Nesse mesmo texto, publicado em 1988, Hobsbawn afirma que o nacionalismo era uma força em declínio, antes dos eventos da década de 90 que mostraram que o nacionalismo é uma força ainda viva e influente. Avaliação correta, prognóstico que revelava mais um desejo do que uma realidade em consolidação. O triunfalismo liberal de Fukuyama e do Consenso de Washington não foi capaz de ocultar eventos como as guerras étnico-nacionais na ex-Iugoslávia, nem de explicar o apoio da população iugoslava ao ditador Milosevic (deposto em seguida) durante a Guerra do Kosovo. Nesse meio tempo, os separatismos seguiram decididamente o seu rumo, seja por via legal, seja por meio da violência, enquanto os xenofobismos nos países da Europa Ocidental e nos EUA contra os imigrantes do Terceiro Mundo mostraram uma escalada vertiginosa. Isso sem contar fatos menos trágicos (conforme o ponto de vista, claro!) como a maior manifestação pública em Paris desde a liberação da capital, por ocasião da vitória da seleção francesa na Copa do Mundo de 1998, ou eventos como os "500 anos do Brasil" promovidos pela Rede Globo e outros setores da iniciativa privada com a participação coadjuvante do governo.

* Prof Adjunto do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

A história não poderia mesmo ter acabado sob o fulgurante sol do capitalismo liberal e seu modelo político, a democracia ocidental, porque tais instituições típicas da modernidade nascem atreladas, por mais que seja negado, ao Estado Nacional, que não é, ao contrário do credo dos nossos dias, uma instituição pronta para sair da vida e entrar na história, mas uma das peças mais importantes no tabuleiro geopolítico planetário, embora seu significado venha sendo atualizado diante da aceleração do processo de globalização verificado nas últimas décadas. Assim, se um dos termos da equação muda, os outros também serão forçados a se modificar. Como se estivéssemos diante de um novo processo inquisitorial tal qual sofreu Galileu, fomos forçados por algum tempo à apatia diante da afirmação do fim da história, mas agora está cada vez menos sussurrado e cada vez mais dito à luz do dia o contraditório: "*Mas que se move, se move ...*". E o nacionalismo mais uma vez sobrevive aos enterros precoces, como os marxistas bem sabem, por tê-lo enterrado antes de 1914 diante do internacionalismo proletário, pouco antes de que os proletários se colocassem à disposição de suas pátrias para lutar encarnadamente entre si no conflito mundial de 1914-18. Cadáver melindroso, convém mantê-lo em observação ainda um pouco mais.

Diante desse quadro é que se coloca a atualidade e a necessidade da obra de Michel Löwy, sociólogo nascido no Brasil e radicado na França, onde o livro foi lançado originalmente em 1997 sob o sugestivo título de *Patries ou planète?*; um glossário organizado pelo editor elucidado ao leitor não familiarizado com o marxismo os nomes, processos históricos e conceitos que são mencionados na obra.

Que contribuição a tradição marxista pode oferecer à reflexão atual sobre o tema, bem como à esquerda, em busca do rumo para resistir ao globalitarismo liberal e seus efeitos sobre a condição de vida dos trabalhadores em todo o mundo e, mais que isso, voltar à condição propositiva diante de um novo quadro mundial? Para responder a essas questões, Löwy percorre os trechos da obra de Marx, Engels e seus comentadores e seguidores em busca das idéias esboçadas, respostas e problemas sobre o tema, reconhecen-

do que, se por um lado não há uma teoria marxista organizada em torno da nação e do nacionalismo, por outro essa vertente não deixa de trazer contribuições fundamentais para o debate, cuja fecundidade chega aos nossos dias.

Exemplo indicado pelo autor dessa fecundidade do projeto político internacionalista - que para ele é estrutural no pensamento marxista - é a luta política supranacional reivindicada pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional de Chiapas, no México, que ao mesmo tempo comporta uma reivindicação étnica que não aponta para o separatismo nacional mas, em vez disso, para a solidariedade e a mobilização internacionais. Cabe considerar que Löwy enxerga uma diferenciação entre algo que parece ser um marxismo autêntico e uma outra vertente que ele nomeia de "caricatura burocrática". Todavia, ao tecer sua retomada da questão nacional em Marx e no marxismo, termina por deixar entrever que existem ambigüidades e pontos de contato entre estas duas esferas, por exemplo quando discute com autores que exploram essas brechas: em um determinado ponto da obra, debate com autores que destacam trechos eurocêntricos e etapistas no texto marxiano, e responde-lhes com outras passagens em que aparecem as afirmações contrárias. Löwy procura demonstrar, então, que o eurocentrismo (inclusive com termos preconceituosos e uma fé inabalável na modernização, mesmo que a custo de culturas submissas) e o etapismo/evolucionismo são pontuais, enquanto a denúncia do imperialismo europeu, do expansionismo norte-americano e a abordagem dialética do desenvolvimento são estruturais, pela maior consistência de sua aparição na obra de Marx e de Engels. Nesse sentido, a consideração do proletariado como classe internacional e a consideração do papel internacionalizante da economia burguesa em escala mundial são apontamentos importantes, bem como o de que o cosmopolitismo até certo ponto ingênuo presente no Manifesto Comunista é logo superado pelo reconhecimento da complexidade do nacionalismo, após a vivência do período revolucionário de 1848. No mais, aparece ainda, para esses casos, a consideração da historicidade da obra de Marx e Engels, que não poderiam escapar total-

mente ao vocabulário, ao universo conceitual e aos preconceitos de sua época e lugar.

Löwy destaca também a importância dos pensadores marxistas do final do século XIX e início do século XX, destacadamente Plekhanov, Kautski e Bukharin (para marcar neles claramente a opção pelo evolucionismo e pelo esquematismo na análise da sociedade e da história, o que vale também para a superficial obra de Stalin sobre a nação) e Lênin (para destacar uma das grandes contribuições do marxismo para a análise da questão nacional: o conceito de imperialismo). Diante do nacionalismo, a perspectiva proletária internacionalista aponta que, na situação imperialista, os trabalhadores da nação opressora também não são livres, e o processo de libertação das nações subordinadas àquela é um processo também de libertação dos trabalhadores, pois faz perceber os laços entre os trabalhadores de cada nação, e ambas constituem uma pré-condição para a revolução socialista nesses países. O imperialismo teve um papel fundamental nos debates da época, portanto, por permitir ultrapassar o universalismo burguês, que considerava as diferenças entre as nações por elas terem atingido ou não o estado de "civilização".

O pensador, entretanto, cuja atualidade é mais destacada na abordagem do autor, é o austromarxista Otto Bauer, à qual Löwy dedica todo um capítulo para discutir a caracterização da nação como comunidade de destino. Poderíamos apontar para esta caracterização a significação alternativa de nação como comunidade de projeto; ao adotá-la, Bauer consegue fugir do esquematismo estalinista dos critérios para a definição das nações (literalmente: "Uma nação é uma comunidade desenvolvida e estável, com linguagem, território, vida econômica e caracterização psicológica manifestos em uma comunidade cultural.", citado por Hobsbawn em *Nações e Nacionalismo...*), pois entende-as para além desses critérios simples, recuperando a noção de vontade e subjetividade, bem como a de construção contínua. Escrevendo no contexto da dissolução do império austro-húngaro, processo que acabou conhecido como balcanização (que por sua vez tornou-se sinônimo de fragmentação política, enfraquecimento das partes envolvidas e conflitos regio-

nais), Bauer procura estabelecer uma fórmula de manutenção das vantagens econômicas e administrativas dadas pelos grandes estados e manter as necessidades políticas e culturais das nações que as compõem. Nesse sentido, a contribuição de Bauer passa a ser imprescindível no trabalho de reconstrução de uma alternativa socialista e internacionalista ao processo de globalização atualmente dirigido pelas grandes empresas com seus estados nacionais a reboque.

O saldo deste século e meio de discussão é múltiplo. Um dos seus aspectos é o reconhecimento do aspecto subjetivo na definição das nações e, se formos além, mesmo na definição da identidade nacional, que nas sociedades cada vez mais multiculturais passa progressivamente à consciência do sujeito, e menos a fatores apenas aparentemente objetivos. O "socialismo real" também é uma importante fonte de reflexões. Por um lado, significará a inconsistência para a tradição marxista, pois ao mesmo tempo em que ela é estruturalmente internacionalista por conceber as nações como compostas de classes antagônicas e pela universalidade dos seus valores e objetivos e pela compreensão da supranacionalidade do proletariado. Por outro, quando os marxistas assumem o poder de determinados estados, estes assumem a forma nacional e chegam mesmo a estabelecer uma divisão internacional do trabalho entre os estados socialistas. Esse dado, o nacionalismo interno às nações que optaram em algum tempo pelo socialismo, levou inclusive à negação do internacionalismo materializada nos conflitos de fronteira entre a Rússia e a China, por exemplo, ou a negação da autonomia política dos países do Leste Europeu por parte da União Soviética, ou mesmo um imperialismo russo sobre as outras nações componentes da URSS.

Além de seu valor acadêmico, principalmente o de sintetizar, organizar e recuperar o debate sobre a questão nacional na tradição marxista, o livro oferece uma contribuição significativa para a reflexão organizativa sobre os rumos da esquerda hoje, em que podemos constatar um movimento mais ou menos consciente em direção ao nacionalismo como forma de aglutinação de forças políticas e de resistência ideológica ao neoliberalismo globalitário, bem

como, no outro lado, um movimento de articulação supranacional com os mesmos objetivos, que fica bem expressa nas manifestações contra as reuniões da Organização Mundial do Comércio e do G-7 (recentemente com a adição da Rússia), na criação do Fórum de São Paulo articulando os partidos de esquerda da América Latina e nas sucessivas reuniões do Fórum Social Mundial. O desafio que se apresenta é o de pensar o nacionalismo como elemento importante da estratégia da esquerda revolucionária, dimensionando o seu papel, o que é mais complexo do que apenas atribuir-lhe um sinal positivo ou negativo, e exige reconhecer que em certa medida o nacionalismo é mesmo um componente do internacionalismo. Além disso, voltando a Marx, é necessário reconhecer que a construção do sistema internacional por parte do capitalismo durante os séculos XVIII e XIX forneceu ao movimento dos trabalhadores mais uma das bases para a edificação da sua alternativa revolucionária, que é o próprio nacionalismo da classe trabalhadora. Se em outro contexto ele foi mobilizado para envolver o trabalhador nas guerras mundiais que acabaram por ajustar o capitalismo a uma nova fase de expansão, hoje, quando o capitalismo desfaz-se dessas mesmas amarras nacionais, é possível lançar mão desse mesmo nacionalismo para recuperar o poder de mobilização anticapitalista. Isso porque, com o esvaziamento do poder do Estado Nacional, esvazia-se também a maior parte da condição de interferência dos trabalhadores na definição das políticas, pois a esfera decisória transfere-se do Estado nacional para as empresas e suas instituições supranacionais de regulação e arbitragem.

Se é possível um nacionalismo republicano, político, de adesão dos sujeitos em vez de condição objetiva, a esquerda tem em mãos um trunfo importante para agir, desde que se supere a dicotomia entre o local e o mundial: não se trata de agir e pensar global ou localmente, mas global e localmente, com a clareza de que as identidades político-territoriais são múltiplas mas não mutuamente incompatíveis, e de que o nacionalismo tem diferentes significados conforme quem o pratica e conforme a época e o lugar, e hoje ele pode ser tanto uma doutrina fundamentalista e obscurantista quanto um obstáculo para os projetos do capitalismo global, bem como um componente do internacionalismo da esquerda, já que não se pode imaginar um internacionalismo composto por uma homogeneida-

de proletária inexistente, que seria o mesmo engano da ideologia nacionalista burguesa, que pretendia imputar a todas as pessoas de uma nação o mesmo interesse, como se heterogêneos fossem os seus componentes.

